

A ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA¹

João Ribeiro Júnior

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Olhando para as coisas em conjunto, o movimento positivista, que se pretendeu inovador, impregnou todo o ambiente cultural do século XIX, universalizando a experiência e resolvendo nela toda realidade.

O Positivismo vinha de expor de maneira sistematizada a confiança da burguesia em seu próprio impulso transformador de estruturas.

Mas, enquanto que na Europa essa filosofia servia para justificar as novas atitudes da burguesia em sua fé no progresso retilíneo da Humanidade, nas Américas, o Positivismo se apresenta de maneira diversa de como era compreendido no continente europeu, trazendo em seu bojo um acentuado caráter político.

É assim que no Brasil, galvanizando as aspirações revolucionárias das camadas médias urbanas, assenta suas bases nas cidades e, sobretudo, nas Academias, na pretensão de criar e definir uma nova consciência da realidade nacional, frente à ordem político-social dominante.

No Brasil, o Liberalismo, como doutrina clássica do individualismo político e econômico com sua ênfase no racionalismo, na lei natural, na igualdade, na liberdade e na democracia, sofria, também, uma revisão em seus fundamentos. De um lado, apareciam os liberais românticos da escola do Direito Natural, empenhados em deduzir o Estado e o Direito de certa maneira imutável do homem; e de outro, os cientificistas, inspirados nas conquistas das ciências positivas. Porém, as condições econômicas, sociais e políticas não são as mesmas da Europa.

Aqui, a expansão da cafeicultura determinou as transformações na sociedade, ensejando que a oligarquia rural alcançasse sua hegemonia sobre o Estado.

O Império cumpria sua missão histórica, mantendo a unidade nacional, assentado num romantismo político, cujo fundamento ideológico vinha das doutrinas políticas do escritor francês Benjamin Constant, o festejado autor de **Adolphe**².

O Romantismo — com suas cogitações morais, sua religiosidade, sua interpretação do ser individual, sua visão nacionalista —, coincidindo com o momento decisivo da definição da nossa nacionalidade, traduzia as alterações de uma sociedade em que novos fatores surgiam e velhos fatores mudavam de sentido e força.

Para a intelectualidade de então, pertencente a aristocracia dominante, que dava as normas e traçava os rumos, havia uma zona em que a literatura confinava com a política, sem que as separasse uma linha muito nítida³. As reflexões sobre o homem e a sociedade traziam, assim, indelevelmente a marca da visão romântica da vida.

A filosofia romântica, negligenciando a diversidade do real, caracterizava-se pelo historicismo e pela atividade criadora do espírito, numa reação contra a filosofia iluminista da razão, impregnando de espiritualismo, ontologismo e idealismo todo o pensamento europeu e, conseqüentemente, por importação, o brasileiro.

Entretanto, a vida espiritual do século XIX começava a ser abalada pelo naturalismo cientificista. Neste novo contexto, as velhas instituições já não correspondiam às aspirações do século e a filosofia do romantismo já não satisfazia os espíritos.

Em 1850, coincidindo com a política conciliadora, é ainda o **Ecletismo** que domina o pensamento teórico, como instrumento conceitual para a explicação da realidade, empolgando a inteligência brasileira do segundo reinado⁴.

O ambiente histórico era propício ao Ecletismo de Victor Cousin; este sistema a ser aplicado à ciência e à religião como reação ao sensualismo de Locke e Condillac.

Cousin admitia no conhecimento percepções sensíveis e concepções racionais. Reduziu, assim, a quatro todos os sistemas filosóficos: sensualismo, idealismo, ceticismo e misticismo, para acolher destes o que julgou aproveitável⁵.

De acordo com Miguel Reale, o Ecletismo foi entre nós, "acima de tudo, um ato de conciliação ou de compromisso, suscetível de gerar a paz interior nas consciências e, ao mesmo tempo, um acordo sobre os pontos essenciais de uma cosmovisão tranqüila e harmônica".⁶

O conservadorismo tradicionalista nacional encontrava, portanto, no Ecletismo o equilíbrio natural para a estabilização do Império.

Ao lado dessa corrente dominante, havia um grupo de "reação católica"⁷, identificado no Tradicionalismo, Krausismo, Rosminianismo, além do Neotomismo, que traduziam os anseios "de uma sociedade espiritualista de cunho democrático e de forte inspiração ética, sobre cujas bases se assentasse a estrutura do regime constitucional, romanticamente idealizado como chave para todos os males dos povos".⁸

Não obstante, no decênio que se estende de 1868 a 1878, esse ideal romântico de vida começa a se romper. Um sintoma de renovação se insinua nas camadas intelectuais, desencantadas com as quimeras liberais da monarquia.

A “Ilustração Brasileira”, de fundo iluminista e cientificista, inicia seus ataques a Victor Cousin, escudada em nova tendência: o **Positivismo**. Porém, se Cousin é banido do pensamento da intelectualidade brasileira, sua herança eclética permanece. O pensamento teórico concretiza-se mercê das diversas correntes positivistas, evolucionistas, constitucionalistas (imitadoras dos Estados Unidos da América do Norte), e da tradição liberal do Império, vinculada ao empirismo e ao utilitarismo inglês.

Por volta de 1870, frente ao desafio de um sistema político-institucional que já não atendia aos interesses das camadas privilegiadas, os intelectuais, acompanhando o movimento do espírito humano, se voltam, novamente, para a Europa em busca de novas teorias e hipóteses que, sintetizando a nossa realidade concreta, explicassem-na através de um processo de transformações.⁹

Abre-se, então, um novo período na história do pensamento brasileiro. “Um bando de idéias novas”,¹⁰ acompanhando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, começam a impregnar a vida intelectual, determinando um notável progresso do espírito crítico. E o que vemos é uma coexistência de orientações, muitas vezes, antagônicas, como o monismo evolucionista de Haeckel e Noirè, o materialismo de Buchner e Vogt, o individualismo de Stuart Mill, de Laboulaye e de Lastárria, o positivismo dissidente de Littré e Taine, as concepções políticas e sociais aplicadas à psicologia de Le Bon, o determinismo de Fouyilleé e de Buckle, as teorias do governo constitucional de Guizot, o experimentalismo de Leon Donnat, o federalismo de Pi y Margal, as concepções do Estado Nacional de Bluntschli, os programas liberais-democráticos de De Tocqueville, os novos métodos de pesquisa sociológica de Lilienfeld, as teorias sociológicas de Roberly... Em suma, os dados teóricos do despotismo esclarecido em voga no século XVIII e os da escola teocrática de princípios do século XIX são corrigidos pelo espírito científico da escola histórica, secundada e desenvolvida pela Filosofia Positiva.

De modo geral, os intelectuais se vinculam a duas orientações filosóficas principais: o **Positivismo** de Augusto Comte, com sua pretensão de substituir o pensamento abstrato pela razão e pela observação, lançando as bases de nova ordem social, ao mesmo tempo que desenvolve a doutrina da Religião da Humanidade; e o **Evolucionismo** de Herbert Spencer, com seu individualismo extremado, embasado no princípio do progresso contínuo e da evolução social.

O caráter individualista do Romantismo sofre uma transformação, e a elite intelectual, numa visão comtista e/ou spenceriana, ou mesmo num amálgama de diversas correntes, onde se visualizam leituras de Kant e Hegel, irá fazer sua reflexão sobre o social, na busca de uma ideologia política adequada às lutas pelo poder da oligarquia rural.

É a “reuropeização” que surge na luta entre individualismo e idealismo em nossa evolução histórica; mas trata-se, sobretudo, de uma reuropeização “dos níveis de aspiração das classes dominantes ou de suas elites dirigentes, nem sempre dos modos de agir, raramente dos modos de ser e muito superficialmente do estilo de vida acessível a todos”.¹¹ Realmente, o que se transfere de imediato são as normas, as instituições e os valores sociais, que irão orientar o comportamento das camadas dominantes no ajustamento de seus interesses sócio-econômicos imediatistas.

Destarte, favorecidos pela oligarquia cafeeira, o Positivismo e o Evolucionismo assentam suas bases nas cidades e permanecem no círculo restrito das camadas letradas.

Contudo, tanto um como outro, minimizando as concepções espiritualistas, e mesmo idealistas ou racionalistas, como o criticismo Kantiano e a dialética hegeliana, entram no Brasil de maneira diversa de como eram entendidos e praticados na Europa.

A princípio, o Positivismo “deu em mentalidade generalizadora, alheia às particularidades da América, algo inteiramente trivial; em suma, uma fraseologia científica sem relação com uma economia adormecida”.¹² Porém, a pouco e pouco, aproveitado como método de trabalho, juntamente com o Evolucionismo de Spencer, e as idéias democrática-liberais do constitucionalismo norte-americano —, ele servirá de esteio aos que advogam uma república democrática, frutificando-se, assim, em um instrumento teórico a ser utilizado na transformação da realidade concreta.

Alguns anos antes da morte de Augusto Comte (1857)¹³, já se encontram positivistas no Brasil, mas são ainda elementos isolados que nenhuma influência exercem sobre a vida política do país, pois se ligavam mais aos problemas científicos relacionados à fisiologia, à física ou à matemática, do que propriamente à política, ou mesmo, à literatura.

O Positivismo penetra no Brasil já cindido em dois grupos: o de Pierre Laffitte, com sua ortodoxia dogmática da Religião da Humanidade, seguindo à risca os ensinamentos do Mestre de Montpellier, em sua evangelização dos espíritos, na tentativa de mostrar o papel unificador da religião positiva, — e o de Paul-Émile Littré, que se afastava da evolução mística para impor a emancipação do espírito, considerando o ateísmo a única “religião” que convinha a um autêntico Positivismo. Esse grupo dissidente despreza o movimento da religião positiva para seguir Comte apenas em sua metodologia científica de observação, experimentação e comparação, e em sua filosofia política.

Fundamentando-se na solução dos problemas humanos através do método científico, a doutrina de Comte passa a ser discutida abertamente, repudiando a metafísica improdutiva que desde a Independência caracterizava com sua retórica palavrosa todas as manifestações intelectuais

do país —, não só em Pernambuco, como no Rio de Janeiro, onde pontifica Benjamin Constant Botelho de Magalhães, formado em ciências físicas e matemáticas, na Escola Normal, da qual é fundador, e na Escola Militar, onde ensina à juventude as bases do Positivismo.¹⁴

Muito prestigiado pelos jovens-oficiais, Benjamin Constant os conduzirá para o movimento republicano. Esses militares encontraram no Positivismo uma justificativa para rechaçar a cultura política imperial, baseada sobre os estudos jurídicos, e não sobre as novas ciências naturais e sociais; como, também, descobriram os instrumentos adequados para formular as exigências de um novo tipo de autoritarismo em defesa dos seus interesses corporativos.¹⁵

Deste modo, dominando as consciências das camadas privilegiadas, o Positivismo irá repercutir, intensamente, nas escolas, influenciando a mocidade, cuja cultura intelectual era mais literária do que científica.¹⁶

Mas, enquanto que a reação positivista nascida em Pernambuco, impregnada de racionalismo científico, se projeta na pessoa de Tobias Barreto, que semeia as idéias gerais que irão se constituir na futura **Escola de Recife**, onde brilhariam Sílvio Romero e Clovis Bevilacqua; e no Rio de Janeiro, praticamente sozinho, Luis Pereira Barreto preconiza a ciência positiva e dá início a uma nova etapa para a evolução das idéias do Positivismo, voltando-se para a realidade nacional —, um grupo de pensadores, preocupados pela restauração da ordem social, irão se vincular aos aspectos reacionários do pensamento de Comte, na tentativa de estabelecer, mais por meios morais do que legais, um despotismo da sociedade sobre o indivíduo, apoiando-se no papel unificador da religião positivista.

É esse Positivismo integral — método filosófico e religião da Humanidade — que invade os Estados, na propaganda doutrinária, sistematicamente organizada por Miguel Lemos e Teixeira Mendes, “convertidos” ao Positivismo ortodoxo por Laffitte. Essa propaganda é exercida, sobretudo, pelo **Apostolado Positivista no Brasil**, que se localizava na Travessa do Ouvidor nº 7, Rio de Janeiro (Hoje, na rua Benjamin Constant, 74, Glória), e cujo principal objetivo é a propagação da Religião da Humanidade pela ação oral e escrita e pelo exemplo.¹⁷

Miguel Lemos e Teixeira Mendes e outros elementos do **Apostolado**, preocupados com a ética positivista em seu programa de formar uma consciência moral e social, que desde as bases pudesse ser inspiradora de todos os idealismos humanos, nacionais e sociais —, dedicam-se à instituição do culto do **Grande-Ser**, assumindo o compromisso de não se envolverem, politicamente, nos movimentos republicanos, pois entendiam que as leis científicas do progresso cumprir-se-iam fatalmente.

Ademais, em completo antagonismo com os republicanos, que seguiam os princípios democráticos-liberais do constitucionalismo norte-americano e as concepções orgânicas do Estado, esses positivistas ortodoxos entendiam com Comte que deveriam “libertar o Ocidente de uma democracia anárquica e de uma aristocracia retrógrada” em favor de uma sociocracia.¹⁸

Declarando que não eram nem democratas e nem aristocratas e proclamando que o governo da República devia ser exclusivamente temporal, mantendo a completa liberdade espiritual, os do **Apostolado** se mostravam favoráveis a uma república ditatorial para se efetuar a Ordem e o Progresso sem perturbações sociais. Por meio dela seria alcançada a incorporação do proletariado à sociedade moderna, bem como a destruição da classe burguesa, dos ontologistas e dos legalistas. Destarte, o processo republicano não seria democrático nem parlamentar, porém o poder devia concentrar-se nas mãos de um só homem, o Ditador ou Presidente da República, cuja ação seria exercida no domínio material, sem intervenção espiritual, e cujo sucessor seria por ele indicado, para dar continuidade e consistência à república, defendendo-a dos aristocratas e burgueses.¹⁹

A reação contra esse Positivismo dogmático e autoritário não se fez esperar. Sua orientação é modificada, transformando-o em uma das forças espirituais decisivas do pensamento brasileiro.

E o Positivismo em sua versão spenceriana passa a caracterizar a vida político-cultural. Os chamados positivistas dissidentes, que caminham com Littré em seu desprezo às abstrações metafísicas do subjetivismo centrado sobre o “eu” pessoal, esposam, agora, o evolucionismo liberal de Herbert Spencer, com seu marcante individualismo, que se prestava “melhor ao ideal de democracia, de evolução sem saltos, de constitucionalismo”.²⁰

Os dissidentes — que apenas admitiam do Positivismo cometeo o seu método — rompem com o conformismo essencialmente conciliatório da época, para exporem, de maneira sistematizada, a confiança da oligarquia cafeeira, que representam, em seu próprio impulso transformador da sociedade.

Para alguns, o Positivismo seria simples rótulo para a conduta ideal de oposição à monarquia. Era uma recomendação, como notou José Veríssimo.²¹ E o exemplo típico foi o Positivismo que ecoou nas **Arcadas**, com “acentuado criticismo no plano lógico e um republicanismo de aspecto nitidamente revolucionário no plano das realidades político-sociais”.²²

Assim, foi muito mais o Evolucionismo do que o Positivismo que, oferecendo os ingredientes ideológicos às camadas médias urbanas, onde lavrava maior descontentamento com o regime, e que tinha meios de traduzir o descontentamento em atos para a “liberalização” do país, para

colocá-lo ao nível do século, mostrando as contradições entre os modelos ideais e as formas reais de organização social —, exprimiu o conceito de “democracia-liberal” que concretizava também os ideais políticos da elite dirigente, dentro de um esquema lógico da evolução liberal-democrática, segundo o critério de Spencer.

Democracia Liberal era a palavra mágica da época.

O advento, pois, dos dois pensamentos — positivista e evolucionista — no Brasil, não foi devido, simplesmente, ao gosto pelas novidades européias. Porém, foi uma tentativa de adaptar essas idéias novas às coordenadas do pensamento racional, em sua oposição às especulações do romantismo e do idealismo, em que se assentava o segundo Império.

Realmente, a estrutura colonial remodelava-se e o Positivismo neste contexto, modernizando o pensamento brasileiro, irá contribuir para o advento de uma nova concepção de valores.

Deste modo, conjugando o comtismo ortodoxo, o positivismo dissidente de Littré, as generalizações de Spencer com as conquistas liberais do século, os nossos pensadores políticos, impregnados desse espírito positivo, caminham no sentido de uma consciência crítica, numa tentativa de concretização de suas idéias políticas, que refletem a observação direta do modo de ser de sua sociedade.

Contudo, se de um lado, as idéias novas se apresentaram como um instrumento para a renovação do sistema, dando esteio aos intelectuais para construírem a ideologia republicana, numa tentativa de influírem sobre a atividade geral do grupo dominante, proporcionando-lhes homogeneidade e consciência de si mesmo e de sua função nos planos econômico, político, social e cultural; por outro lado, em nada contribuíram para o progresso que pregavam, devido não só a falta de respaldo popular, como ao enfeudamento cada vez mais estreito da oligarquia cafeeira que, reforçada em seu prestígio e poder, iria manter um sistema político-institucional de dominação sócio-econômica das classes e grupos restantes.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Damos apenas a bibliografia citada, não a consultada.

ARREGUI, J. J. Hernandez, *O Que é o Ser Nacional ?*, Rio, Ed. Paz e Terra, trad. Braulio Ribeiro (Col. Estudos sobre o Brasil e a América Latina, 15), 1971.

BARROS, Roque Spencer Maciel de, “A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade” in *Boletim da FFCL da USP*, 241, 1959.

- COMTE, Augusto, **Catecismo Positivista**, Rio, Templo da Humanidade, trad. Miguel Lemos, 4 ed. 1934.
- CONSTANT, Benjamin, **Cours de Politique Constitutionnelle**, Paris, Ed. Guilalumen, 1872.
- CRUZ COSTA, J., "Alguns Aspectos do Pensamento Brasileiro" in **Boletim Bibliográfico**, SP. VII, 17 – 37, abril, maio, junho/1945.
- DONGHI, Tulio Halperin, **História da América Latina**, Rio, Paz e Terra, trad. Carlos Nelson Coutinho, 1975.
- FERNANDES, Florestan, **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**, Rio, Zahar, 1968.
- GRUBER, R. P., **Le Positivisme depuis Comte Jusqu'a nos Jours**, Paris, Lethelleux, 1893.
- LAGARRIGUE, Jorge E., **La Dictature Republicaine d'après Auguste Comte**, Rio, Fond. Tip. "Auguste Comte", 1934.
- LEMOS, Miguel e Teixeira Mendes, R., **Bases de uma Constituição Política Ditatorial Federativa para a República Brasileira**, Rio, Templo da Humanidade, 2 ed. 1934.
- LINS, Ivan, **História do Positivismo no Brasil**, SP. Ed. Nacional (Brasiliiana, 322) 1964.
- MACEDO, Ubiratan Borges de, **A Liberdade no Império (O Pensamento sobre a liberdade no Império Brasileiro)**, SP. Ed. Convivio, 1977.
- MERCADANTE, Paulo, **A Consciência Conservadora no Brasil**, Rio, Saga, 1965.
- MERCADANTE, Paulo, **Militares e Civis: A Ética e o Compromisso**, Rio, Zahar, 1978.
- PAIM, Antonio, **História das Idéias Filosóficas no Brasil**, SP. Grijalbo/EDUSP, 2 ed. 1974.
- REALE, Miguel, **Filosofia em São Paulo**, SP, Conselho Estadual de Cultura (Col. Ensaios, 7), 1962.
- ROMERO, Silvio, "Explicações Indispensáveis", prefácio in **Vários Escritos de Tobias Barreto** (Obras Completas, tomo X, pp. XXVI – XXVII), Rio, Laemmert, 1900.
- SIMON, Jules, **Victor Cousin**, Paris, Hachette Éditeurs, 4 ed. 1910.

TEIXEIRA MENDES, R. **Benjamin Constant**. (Esboço de uma apreciação crítica da vida e da obra do Fundador da República Brasileira), Rio, Templo da Humanidade, 2 ed. 1913.

TORRES, João Camilo, **O Positivismo no Brasil**, Petrópolis, Ed. Vozes, 1943.

VERISSIMO, José, **Estudos de Literatura Brasileira**, 1ª série, Rio, Garnier, 1916.

NOTAS

(1) Denominação proposta por Roque Spencer Maciel de Barros ao período que se estende de 1870 a 1888, com a eclosão do que Clóvis Bevilacqua chamou de "Reação Científica" e José Veríssimo, de "Modernismo".

(2) Benjamin Constant era partidário da soberania popular e considerava a vontade geral superior à vontade individual do monarca; contudo, repudiava a autoridade absoluta e ilimitada do povo. Para ele, os ministros constituem o poder executivo e são responsáveis perante o Rei, que representa um poder neutro, tendo a seu cargo a defesa do equilíbrio governamental. Ver seus **Principes Politiques e Réflexions sur les Constitutions et les Garanties, Cours de Politique Constitutionnelle**.

(3) Cf. João Cruz Costa, "Alguns Aspectos do Pensamento Brasileiro" in **Boletim Bibliográfico**, vol. VII, pp. 17 – 37, abril, maio, junho/1945.

(4) Antonio Paim põe em destaque que "coube ao ecletismo brasileiro o mérito de haver incorporado à meditação nacional uma aceção da pessoa humana que, não obstante a sua longa história nos países europeus, a partir do Renascimento, estivera ausente do pensamento luso-brasileiro, ou, pelo menos, não lograra firmar-se em seu seio." (**História das Idéias Filosóficas no Brasil**, p. 105.)

(5) Ver Jules Simon, **Victor Cousin**, passim.

(6) Miguel Reale, **Filosofia em São Paulo**, p. 25.

(7) "O nome de Reação Católica deve-se a Sílvio Romero e é útil, pois designa o caráter de oposição dos católicos à cultura oficial, então empirista e liberal e depois espiritualista durante o período, mas de um espiritualismo racionalista senão hostil pelo menos indiferente ao cristianismo. Isto, além de favorecer o liberalismo religioso com seu regalismo, como política de uma nação unida à Igreja. Os católicos à época por força de 'Syllabus' eram todos antiliberais contrários à separação da Igreja e do Estado, tese cara ao Liberalismo." (Ubiratan Borges de Macedo, **A Liberdade no Império — O Pensamento sobre a liberdade no Império Brasileiro**, p. 45)

(8) Miguel Reale, **op. cit.** p. 27.

(9) "Uma filosofia, observou Russell, nascida e desenvolvida num país politicamente avançado é pouco mais que a sistematização das idéias reinantes. Em outro, pode vir a ser um foco de ardor revolucionário. Pois é através de teorias que os países menos adiantados tomam conhecimento das normas que regulam a política dos avançados. Nos últimos, a prática inspira a teoria; nos primeiros a teoria inspira a prática". (Bertrand Russell, **A History of Western Philosophy**, p. 624, **apud** Paulo Mercadante, **Militares & Cíveis: A Ética e o Compromisso**, p. 111).

(10) Ver Sílvio Romero, "Explicações indispensáveis", prefácio aos Vários Escritos de Tobias Barreto, in **Obras Completas**, tomo X, p. 25.

(11) Florestan Fernandes, **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**,

(12) J. J. Hernandez Arregui, **O que é o Ser Nacional ?**, p. 106.

(13) Informa Ivan Lins que a primeira manifestação do Positivismo no Brasil “verificou-se em 1844, quando o Dr. Justiniano da Silva Gomes apresentou à Faculdade de Medicina (da Bahia) uma tese: Plano e Método de um Curso de Filosofia. (**História do Positivismo no Brasil**, p. 131). Mas a primeira manifestação social do Positivismo entre nós, segundo Teixeira Mendes, data de 1865, com a publicação da obra de Francisco Antonio Brandão Junior sobre a escravidão no Brasil: *A Escravidão no Brasil*, precedida de um artigo sobre a Agricultura e colonização no Maranhão; o que é corroborado por R. P. Gruber, *Le Positivisme depuis Comte jusqu’a nos jours*, pp. 193 – 194.

(14) Cf. Ivan Lins, *op. cit.*, p. 37 e segts. e Teixeira Mendes, **Benjamin Constant Esboço de uma apreciação sintética da vida e obra do fundador da República Brasileira**, vol. 1, pp. 214 – 215.

(15) Ver Tulio Halperin Donghi, *História da América Latina*, p. 162.

(16) Comenta Teixeira Mendes que “quanto à cultura intelectual, era então mais literária do que científica, em virtude das disposições antes estéticas do que teóricas do povo brasileiro, como dos seus antecedentes históricos. As classes dirigentes procuravam em geral as profissões jurídicas. Só os militares do exército e da marinha, por um lado, e por outro lado, os engenheiros e médicos chegavam a entregar-se a estudos científicos. Quase todos à porfia ambicionavam acercar-se do monarca, e começavam a formar em torno dele essa atmosfera pedantesca que foi o maior deleite de sua vida” (**Benjamin Constant...**, vol. 1, p. 22).

(17) Salieta Teixeira Mendes que “no Brasil, só a propaganda do Apostolado Positivista fundado em maio de 1881, pelo cidadão Miguel Lemos, vulgarizou durante os nove anos finais do Império, os ensinamentos de Augusto Comte, desenvolvendo e sistematizando cientificamente a corrente liberal, e extinguindo a corrente regalista.” (“Ainda a verdade histórica acerca da instituição da liberdade espiritual no Brasil, bem como do conjunto da reorganização republicana” in **Publicação** nº 848 do Apostolado Positivista do Brasil, p. 90, fevereiro/1913).

(18) Cf. Augusto Comte, **Catecismo Positivista**, pp. 1,2 (prefácio)

(19) Ver Miguel Lemos e Teixeira Mendes, **Bases de uma Constituição Política Ditolal Federativa para a República Brasileira**; e Jorge Lagarrigue, **La Dictature Republicaine d’après Auguste Comte**.

(20) Paulo Mercadante, **A Consciência Conservadora no Brasil**, p. 3.

(21) Cf. José Veríssimo, “O Positivismo no Brasil” in **Estudos de Literatura Brasileira**, 1ª série, p. 56.

(22) J. C. Oliveira Torres, **O Positivismo no Brasil**, pp. 152 – 153.